

# Gestão das evasões estudantis nas licenciaturas no contexto do Reuni

## Management of evasions in undergraduate student in the context of Reuni

Edileusa Esteves LIMA<sup>1</sup>  
Lucília MACHADO<sup>2</sup>

### Resumo

Este artigo se propõe a discutir aspectos da gestão acadêmica de cursos de licenciatura da UFMG com respeito à evasão discente. Essa discussão será feita com base em pesquisa realizada mediante aplicação de questionários aos coordenadores de cursos. Buscou-se identificar e analisar quais estratégias de combate da evasão discente foram utilizadas. O estudo levou à conclusão de que há um investimento pequeno das coordenações das licenciaturas da UFMG na gestão de estratégias voltadas ao combate da evasão discente a despeito da seriedade do problema. Constatou-se que cursos que se mostraram mais preocupados com o assunto registram queda expressiva na evasão.

**Palavras chave:** Gestão Acadêmica. Licenciaturas. Evasão Estudantil.

### Abstract

This article aims to discuss aspects of the academic management in UFMG's degree courses related to student's evasion. This discussion will be based on research conducted through questionnaires answered by courses' coordinators. We sought to identify and analyze what strategies to combat the students' dropout used by the university. The study led to the conclusion that there is still a small investment of coordination in UFMG's courses aimed to combat students' evasion despite the seriousness of the problem. It was also found that courses that were more concerned with the problem had a significant drop in evasion.

**Keywords:** Academic Management. Degrees. Student's Evasion.

- 
- 1 Mestre em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local (Centro Universitário UNA), Especialista em Revisão de Textos (PUC - Minas), Graduada em Letras (UFMG) e Secretária Executiva da Faculdade de Medicina da UFMG. Rua Guajajaras, 175, 5º andar, Centro, Belo Horizonte – MG, CEP: 30180-100. Tel.: (31) 3409-9953 e (31) 8718-2372. E-mail: <edileusacegrad@gmail.com>.
  - 2 Coordenadora do Programa em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local do Centro Universitário UNA (Belo Horizonte, Brasil). Professora Titular aposentada da UFMG. Pós-Doutora em Sociologia do Trabalho, Doutora e Mestre em Educação, Graduada em Ciências Sociais. Tel.: (31) 3281-2909 e (31) 9985-4181. E-mail: <ismachado@uai.com.br>.

R. Educ. Públ.	Cuiabá	v. 23	n. 52	p. 79-102	jan./abr. 2014
----------------	--------	-------	-------	-----------	----------------

## Introdução

Em 2008 a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) apresentou ao Ministério da Educação (MEC) sua proposta para implantação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Para o período de 2008 a 2011, a instituição se comprometeu a implantar trinta novos cursos, ampliar a oferta de vagas em outros vinte e quatro, e aumentá-las no período noturno, propiciando maiores oportunidades de ingresso aos alunos socioeconomicamente carentes e/ou trabalhadores. Concomitantemente, se propôs a desenvolver mecanismos de apoio à permanência desses alunos por meio de esforços que levassem à redução da evasão na educação superior.

Com isso, surgiu também a necessidade de reforçar as condições institucionais pré-existentis:

Os novos cursos, as modificações nos cursos já existentes, as novas formas de interação entre a graduação e a pós-graduação, além de exigirem alterações no funcionamento dos colegiados, implicarão em mudanças na administração central, mais especificamente nas Pró-reitorias de ensino [...] muitos dos novos cursos passarão a funcionar no turno noturno, providências adicionais deverão ser tomadas, desde o cuidado com condições materiais sustentáveis até a disponibilização dos recursos de natureza mais acadêmica, indispensáveis à qualificação da formação, tais como, entre outros itens, bibliotecas e laboratórios. (UFMG, 2008, p. 61).

Tais decisões vieram dentro de um contexto de crescimento da oferta de vagas na educação superior no Brasil, fato alentador pelas perspectivas de elevação das oportunidades educacionais, mas preocupante com relação aos vários problemas que essa expansão, se desacompanhada dos cuidados necessários, pode causar. Os novos alunos da educação superior, muitos provindos de camadas socioeconômicas desfavorecidas, nem sempre contam com um acompanhamento adequado de suas necessidades pedagógicas. Além disso, as condições que asseguram a qualidade do ensino nem sempre têm sido atendidas.

Uma das preocupações que motivaram as finalidades do Reuni se refere à diminuição da evasão estudantil universitária. Como as portas das instituições de ensino superior estão se abrindo para camadas da população que antes

não tinham acesso à graduação, tornou-se imperioso realizar adequações nas condições de ensino visando ter ampliação do acesso, mas também a permanência dos alunos nos cursos escolhidos até a sua conclusão. Uma dessas condições se refere à implantação ou aperfeiçoamento de mecanismos de monitoramento e acompanhamento do movimento discente.

A gestão da educação básica tem sido bastante discutida, contemplando questões afeitas aos sistemas de ensino, às instituições, às relações profissionais e pedagógicas, à condução do processo de ensino-aprendizagem nos diferentes espaços educacionais. Contudo, o mesmo não se observa em relação à educação superior. Ainda há poucos estudos e pesquisas no que diz respeito à gestão acadêmica do ensino superior. É nessa lacuna que se inseriu a pesquisa de que trata o presente artigo. Mais especificamente, buscou-se discutir a situação da gestão das evasões estudantis nos cursos de licenciatura da Universidade Federal de Minas Gerais, conhecer as estratégias e as perspectivas de gestão da evasão estudantil e o que tem sido feito pelos gestores acadêmicos para combatê-la.

A evasão nesses cursos ainda é um problema sério, como pode ser observado no quadro abaixo, e medidas apropriadas podem reduzir bastante seus índices como atestam os casos das licenciaturas em Letras e Ciências Biológicas da UFMG, que serão apresentados neste artigo. É importante lembrar que o investimento governamental no aumento das vagas na educação básica não tem sido acompanhado do interesse dos jovens pelos cursos de licenciatura e a falta de professores habilitados já se faz sentir com muita evidência em algumas áreas do conhecimento.

A propósito da evasão no Ensino Superior, em 1995, foi constituída a *Comissão Especial de Estudos sobre a Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras* composta por representantes da Secretaria de Educação Superior (SESu/MEC), Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), Associação Brasileira de Reitores das Universidades Estaduais e Municipais (ABRUEM), além de contar com representantes das próprias universidades federais. O estudo realizado por esta Comissão buscou contribuir para que as Instituições Federais de Ensino Superior alcançassem, em médio prazo, a meta de um índice de evasão em torno de 20%, e um correspondente índice de sucesso (MEC/SESU; ANDIFES; ABRUEM, 1996).

A respeito desse estudo, seus resultados concernem à situação dos cursos de 53 Instituições de Ensino Superior Públicas, correspondendo a 67,1% do universo pesquisado. Frisemos que 89,7% das Universidades Federais brasileiras tiveram participação efetiva na pesquisa.

No referente às licenciaturas, a Comissão Especial (1996), em seu estudo, mostra o percentual de evasão nesses cursos, conforme estampado no Quadro 1:

**Quadro 1 - Evasão nos cursos de Licenciatura no Brasil**

Curso	Percentual de Evasão
Licenciatura em Matemática	56%
Licenciatura em Química	75%
Licenciatura em Física	65%
Licenciatura em Biologia	42%
Licenciatura em História	44%
Licenciatura em Geografia	47%
Licenciatura em Letras	50%
Licenciatura em Educação Artística	52%

Fonte: MEC/INEP (1997).

De acordo com Adachi (2009), os baixos salários e as condições precárias de trabalho têm afastado os jovens da profissão docente e contribuem para a evasão nos cursos de licenciatura. No entanto, há outra ordem de determinantes que precisa ser investigada e sanada: os aspectos intrínsecos à gestão universitária (administrativa e pedagógica), que podem estar concorrendo para o surgimento e/ou reiteração desse fenômeno indesejável.

A gestão acadêmica dos cursos de graduação precisa dialogar com demandas de adaptações e aperfeiçoamentos na estrutura curricular, na alocação dos recursos, nas relações de trabalho, nas relações pedagógicas, nas interfaces com a comunidade externa e na construção metodológica dos processos de ensino-aprendizagem. Para o enfrentamento destas questões não há fórmulas prontas, mas torna-se oportuno o resgate de experiências e saberes acumulados sobre gestão acadêmica no Ensino Superior, mais especificamente do problema das evasões discentes, considerando-se o novo quadro de desafios decorrentes das metas de implantação e implementação do Reuni a serem cumpridas. Tais saberes que surgem da prática gestonária concreta precisam ser conhecidos, discutidos e socializados de modo a permitir a ampliação do conhecimento nesse campo tão importante da educação superior.

O programa Reuni se inspirou em motivações sociais importantes, que podem não ter encontrado ressonância nas estratégias de gestão universitária de introdução de práticas mais comprometidas com a qualidade social da educação superior. Uma das metas da UFMG, com esse programa, visou o investimento em cursos com maior potencial de contribuição para o desenvolvimento sustentado e para a equidade social. As práticas de gestão acadêmica nesta instituição universitária teriam, assim, que considerar a necessidade de realizar o planejamento, a mobilização e a avaliação, que considerassem o alcance das metas institucionais acordadas com o MEC, seja em nível médio ou longo prazo.

Em especial, o enfrentamento do paradoxo entre o que é proposto pelo Reuni com relação ao aumento de vagas e o que vem acontecendo com a desistência de número significativo de alunos de continuar na universidade.

Para tanto, a pesquisa realizada buscou conhecer o que tem sido feito pelos coordenadores dos cursos de licenciatura da UFMG para evitar que estudantes abandonem os estudos no meio do percurso acadêmico. Partiu-se do pressuposto de que os esforços de política educacional e acadêmica não se limitam a atrair jovens aos cursos de licenciatura, mas precisam considerar como mantê-los no percurso universitário e contribuir para que efetivamente se envolvam com a futura profissão.

Muito pouco se conhece sobre o trabalho desenvolvido por coordenadores de curso de licenciatura, principalmente após a implantação do Reuni, já que esse é um programa relativamente recente. Buscou-se, assim, conhecer estratégias e perspectivas de gestão da evasão estudantil, que possam contribuir não apenas para o enfrentamento do desafio de cumprir as metas de expansão universitária propostas por esse programa, mas tornar a política de democratização do Ensino Superior mais efetiva.

A pesquisa realizada considerou importante conhecer, também, o que os coordenadores de curso de licenciatura da UFMG, que atuaram imediatamente antes da implantação do Reuni, fizeram para enfrentar o fenômeno da evasão estudantil nesta modalidade de curso, pois o problema não é recente. Logo, foi dada atenção especial às iniciativas, inovações e tecnologias de gestão adotadas pelas atuais coordenações de cursos de licenciatura da UFMG e pelas que imediatamente as antecederam, que tivessem a intenção de conhecer, detectar riscos de ocorrência e/ou minimizar o problema da evasão discente.

Considerou-se que as experiências e saberes construídos pelos coordenadores de curso, tendo em vista o enfrentamento do problema da evasão estudantil, precisam ser divulgados amplamente em face do caráter inovador do Reuni no cenário atual do ensino superior brasileiro. Tanto as coordenações de curso em atividade como as que vierem a seguir poderão se valer dos resultados da pesquisa realizada e a partir deles discutir sobre como melhorar as práticas de gestão das evasões discentes em cursos de licenciatura, e, com as devidas considerações, em outros cursos do Ensino Superior.

A pesquisa de que trata este artigo foi realizada em setembro de 2011. Dela participaram coordenadores, em atividade, dos cursos de licenciatura em Ciências Biológicas, Física, Geografia, História, Letras, Matemática, Pedagogia e Química da UFMG e os que imediatamente os antecederam no exercício dessa função. Teoricamente, a amostra seria composta por dezesseis coordenadores, dois por curso (o atual e o anterior), mas, devido ao exercício de segundo e terceiro mandatos por alguns coordenadores, esse número se reduziu para doze. Optou-se pelo questionário como instrumento de coleta de dados, pois ele permitiria,

caso fosse a preferência do consultado, ser respondido de forma autônoma, em horários e locais flexíveis e com menor possibilidade de causar alguma intimidação ou pressão sobre o respondente.

Dentre as trinta questões apresentadas, duas eram fechadas e as demais abertas. As quatro primeiras questões trataram da implantação do Reuni e dos impactos causados por este Programa nos cursos de licenciatura. As quatro questões que se seguiram trataram mais especificamente do tema da evasão, principalmente sobre os fatores determinantes do problema. As questões nove e dez se detiveram no processo de recepção dos alunos quando ingressam na UFMG. Da questão 11<sup>a</sup> à 25<sup>a</sup> foram abordados temas relacionados à vida acadêmica dos alunos, como: informação sobre o curso, a profissão e a universidade, adaptação à vida universitária, integração com a comunidade acadêmica, participação em atividades intra e extraclases, dificuldades emocionais, psicológicas, financeiras e de aprendizagem. As questões finais trataram da infraestrutura dos cursos e das medidas adotadas para sanar o problema da evasão.

O conceito de evasão adotado na pesquisa foi compreendido como a retirada do curso acadêmico (ou da licenciatura) por iniciativa do próprio aluno, o que necessariamente não significa abandono da perspectiva de realização de outro curso superior. O tema trabalhado neste artigo tem foco nas ações que podem ser feitas pela coordenação acadêmica de licenciaturas para conhecer esse fenômeno, identificar possibilidades de sua ocorrência e impedir que ele aconteça nesses cursos. A estas ações atribuiu-se o conceito de gestão de evasões discentes.

O primeiro contato com os coordenadores em atividade de cursos de licenciatura da UFMG e com os que os precederam foi feito por correio eletrônico. Inicialmente foi enviada uma mensagem explicando a finalidade e objetivos da pesquisa e convidando-os a participar. Foi dada a opção de autopreenchimento do questionário e seu envio eletrônico. Apresentou-se, também, a possibilidade de sessão presencial com o acompanhamento da pesquisadora. Neste caso, seria necessário o agendamento de um horário para aplicação do questionário.

Apenas três coordenadores optaram por responder autonomamente o questionário e enviá-lo por meio eletrônico. Com os demais foram agendados horários específicos para aplicação do questionário. Em alguns casos, houve dificuldades para abrir e manter contato, obter resposta às mensagens enviadas, conseguir falar por telefone, fazer agendamentos. No caso dos contatos com os coordenadores e ex-coordenadores via correio eletrônico, foi dado o prazo de dez dias para a devolução dos questionários respondidos, o que foi cumprido. Durante a aplicação dos questionários, foi observado o interesse pela pesquisa por parte da maioria dos coordenadores em atividade e dos ex-coordenadores consultados. No entanto, houve casos em que o coordenador e ex-coordenador

não consideraram o objeto da pesquisa algo relevante para o desempenho da função de coordenação. Esse desinteresse foi percebido em algumas respostas dadas, na falta de justificativa para grande parte das questões e na conversa informal que era estabelecida durante a aplicação do questionário. Contudo, a maioria se mostrou disposta a responder ao questionário, contribuindo de maneira significativa para a efetivação da pesquisa.

De modo geral, a pesquisa realizada permitiu perceber um investimento ainda pequeno das coordenações das licenciaturas da UFMG na gestão de estratégias voltadas ao combate à evasão de licenciandos, em contraposição às necessidades existentes. Pode, porém, constatar que os cursos que se mostraram mais preocupados com o assunto registram uma queda expressiva na evasão, como é o caso da Licenciatura em Letras, cujos esforços no acompanhamento de alunos com mais dificuldades de aprendizagem e medidas preventivas, adotadas desde o início da expansão das vagas no curso, vêm oferecendo resultados alentadores. As licenciaturas diurnas em Geografia e Química também não apresentaram evasão muito expressiva nos últimos dois anos e o de Ciências Biológicas não convive com este problema há algum tempo.

Antes de apresentar e analisar os dados da pesquisa será feita uma breve análise sobre a evasão discente na educação superior brasileira e na UFMG com o intuito de embasar os dados que serão apresentados.

## A evasão discente no contexto do ensino superior brasileiro e na UFMG

A Comissão Especial que avaliou o fenômeno da evasão nas universidades brasileiras, em 1996, tomou como base para a pesquisa o conceito de evasão, considerando o fenômeno “[...] como a saída definitiva do aluno de seu curso de origem, sem concluí-lo” (MEC/SESU; ANDIFES; ABRUEM, 1996, p. 19). Naquela época, a Comissão Especial concluiu que os principais motivos que levavam à evasão estavam relacionados à situação sócio-econômica do aluno, como muitos já consideravam, ao desencanto com o curso escolhido que, muitas vezes, levava à mudança de curso ou de carreira, ao pouco preparo para enfrentar o nível de dificuldade exigido por alguns cursos e à desinformação do aluno quanto à carreira escolhida. Esses motivos, como se pode ver, se voltam para a condição do estudante. São questões de ordem subjetiva ou particular que acabam por interferir na trajetória acadêmica e culminam com a evasão.

O estudo da Comissão Especial considerou que há uma tendência de evasão grande e permanente em todos os cursos de licenciatura, já que a atividade

profissional do magistério no Brasil não tem se mostrado atraente. Os baixos salários, as precárias condições de trabalho, a falta de segurança nas escolas, o desprestígio social da atividade, a falta de perspectivas na carreira corroboram para que cada vez menos pessoas se interessem pela profissão.

O que se observa atualmente é que esse contexto não mudou. Adachi (2009, p. 30) argumenta que “[...] em cursos como os de Licenciatura, mesmo que o estudante se sinta vocacionado para determinada profissão, ele tende a mudar de curso, em função das potenciais dificuldades profissionais por ele vislumbradas”. É sabido que grande parte dos alunos dos cursos de licenciatura pertence à classe econômica mais desfavorecida e o fato de a educação superior não representar uma ascensão econômica, em alguns casos, pesa consideravelmente na decisão de abandonar o curso.

Dentro dessa mesma linha de análise, Gisi considera que

É difícil a permanência no ensino superior para os alunos de setores sociais menos favorecidos, não só pela falta de recursos para pagar as mensalidades, mas também pela falta de aquisição de ‘capital cultural’ ao longo da trajetória de sua vida e de seus estudos, o que não se obtém de um momento para o outro. Essa desigualdade cultural é sentida desde a educação básica, quando a maioria dos alunos inicia seus estudos em desvantagem a outros, em virtude da ausência de oportunidades que tiveram em relação ao acesso a conhecimentos diversos, desde a mais tenra idade. (GISI, 2006 apud BAGGI, 2010, p. 32, grifo do autor).

Entretanto, para Peixoto, Braga e Bogutchi (2003), não há uma correlação entre o perfil sócio-econômico e cultural do estudante e a evasão. De acordo com eles, a evasão é influenciada principalmente pelo rendimento acadêmico do estudante nos primeiros períodos do curso. Ou seja, se o rendimento é baixo, as chances de o aluno se evadir aumentam consideravelmente. Logo, as taxas de evasão são bem maiores entre os alunos com mais reprovações na fase inicial do curso, do que entre os demais. Conseqüentemente, os cursos que apresentam um número maior de evasão são geralmente aqueles cuja reprovação é elevada nos períodos iniciais. Os autores afirmam que a implantação e o acompanhamento de políticas públicas educacionais, tendo por base a igualdade de acesso, é uma condição necessária, mas não é a única para que ocorra a democratização efetiva.

Seguindo esse raciocínio, Morosini et al. (2011, p. 8 apud MAZZETO; CARNEIRO, 2002). “[...] concordam quanto à correlação entre altos níveis de repetência e reprovação nas disciplinas com a ocorrência da evasão”. Também apontam outras causas como “[...] a insatisfação com o curso, os conflitos quanto



à escolha adequada do curso e a decepção com a universidade, enquanto aspectos diretamente relacionados com a evasão” (MOROSINI et al. 2011, p. 8 apud MAZZETO; CARNEIRO, 2002).

Morosini et al. (2011, p. 8 apud MAZZETO; CARNEIRO, 2002) apontam como fatores que estão diretamente associados à evasão, os seguintes: aspectos financeiros relacionados à vida pessoal ou familiar do estudante; aspectos relacionados à escolha do curso, expectativas progressas ao ingresso, nível de satisfação com o curso e com a universidade; aspectos interpessoais – dificuldades de relacionamento com colegas e docentes; aspectos relacionados com o desempenho nas disciplinas e tarefas acadêmicas – índices de aprovação, reprovação e repetência; aspectos sociais, como o baixo prestígio social do curso, da profissão e da universidade elegida; incompatibilidade entre os horários de estudos com as demais atividades, como, por exemplo, o trabalho; aspectos familiares como, por exemplo, responsabilidades com filhos e dependentes, apoio familiar quanto aos estudos etc.; baixo nível de motivação e compromisso com o curso.

Moura e Silva, por sua vez, dizem que

O termo *evasão* é muito carregado de um sentido que culpabiliza o indivíduo que, por várias razões, interrompeu definitivamente sua trajetória em uma determinada oferta educacional. Dessa forma, o termo também contribui para isentar a instituição e o respectivo sistema educacional de qualquer responsabilidade sobre esse fenômeno. É preciso ter claro que o afastamento definitivo de um estudante de determinada oferta educacional é fruto de múltiplos fatores sociais, econômicos, familiares, institucionais e pessoais, os quais se reforçam mutuamente e resulta na chamada *evasão*. (MOURA; SILVA, 2007, p. 31, grifos do autor).

Observa-se, nesses estudos, que a maioria dos fatores apontados como relacionados à evasão está diretamente relacionada às questões individuais dos acadêmicos. Em alguns casos, percebe-se a influência de fatores externos, mas pouco se discute sobre o papel da universidade nesse processo de abandono do curso.

Em relação aos cursos de licenciatura, Adachi (2009) diz que a evasão pode ser atribuída a uma série de fatores, dentre eles:

Baixo prestígio da profissão, baixos salários, dificuldades financeiras dos estudantes para permanecerem no campus, qualidade pedagógica dos docentes, pouca atratividade dos cursos, currículos inchados, repetitivos e desarticulados,

distanciamento entre teoria e prática, matematicidade dos cursos, baixa qualidade do ensino médio - que contribuem para a mobilidade, senão para a exclusão e, por isso, precisam ser adequadamente trabalhadas. (ADACHI, 2009, p. 61).

Adachi (2009) esclarece que os cursos de graduação da UFMG que vêm apresentando os maiores índices de evasão são aqueles que aceitam notas mais baixas para o ingresso, são graduações de baixo prestígio social e cujo perfil do ingressante se caracteriza por ser desfavorecido socioeconômica e culturalmente. Segundo a autora, as altas taxas de evasão estão diretamente relacionadas aos cursos com baixo prestígio social e financeiro, como é o caso das licenciaturas. Seu estudo aponta que a evasão permanece alta nos cursos de ciências exatas, baixa nas ciências biológicas e intermediárias nas ciências humanas e que existe uma diferença de comportamento em relação à evasão no diurno e no noturno em função da área do conhecimento.

Para verificar as constatações apresentadas por Adachi (2009), serão apresentadas no quadro abaixo a oferta de vagas anual e as vagas remanescentes dos cursos de Ciências Biológicas, Física, Geografia, História, Letras, Matemática, Pedagogia e Química da UFMG no período de 2010 a 2011.

**Quadro 2 – Vagas ofertadas, vagas remanescentes e evasão em cursos de graduação da UFMG 2010 e 2011**

Cursos	Vagas ofertadas 2010	Vagas remanescentes 2010	Evasão 2010	Vagas ofertadas 2011	Vagas remanescentes 2011	Evasão 2011
Ciências Biológicas (Diurno)	100	0	0%	100	0	0%
Ciências Biológicas (Licenciatura - Noturno)	100	0	0%	100	0	0%
Física (Diurno)	50	18	36%	80	15	18,75%
Física (Licenciatura - Noturno)	40	14	35%	40	23	57,5%
Geografia (Diurno)	40	0	0%	40	0	0%
Geografia (Licenciatura -Noturno)	80	39	48,75%	80	24	30%

Cursos	Vagas ofertadas 2010	Vagas remanescentes 2010	Evasão 2010	Vagas ofertadas 2011	Vagas remanescentes 2011	Evasão 2011
História (Diurno)	44	0	0%	44	10	0%
História (Licenciatura – Noturno)	44	19	43,18%	44	15	34,09%
Letras (Diurno)	160	0	0%	160	0	0%
Letras (Noturno)	260	83	31,92%	260	16	6,15%
Matemática (Diurno)	80	56	70%	80	52	65%
Matemática (Licenciatura - Noturno)	40	20	50%	40	25	62,5%
Pedagogia (Diurno)	66	17	25,75%	66	11	16,66%
Pedagogia (Noturno)	66	5	7,57%	66	25	37,87%
Química (Diurno)	50	0	0%	50	0	0%
Química (Licenciatura – Noturno)	40	33	82,5%	40	24	60%

Fonte: Comissão Permanente de Vestibular da UFMG, 2010 e 2011.

Como pode ser observado, o curso de Ciências Biológicas não registrou nenhuma vaga remanescente nos últimos dois anos, o que confirma o resultado do estudo de Adachi (2009) sobre a baixa taxa de evasão nessa área. Em relação aos cursos da área de Humanas, as vagas remanescentes estão concentradas no período noturno, mais especificamente nas licenciaturas. Já nas Ciências Exatas, a taxa de evasão ultrapassa 50% na maioria dos cursos e a evasão ocorre no período diurno e noturno, com exceção do curso de Química, em que a evasão está concentrada no período noturno. De forma geral, houve uma queda na taxa de evasão no ano de 2011. Apenas os cursos de Física, Matemática e Pedagogia, no período noturno, registraram aumento em relação ao ano anterior. Já os cursos de Física diurno (-17,25%), Geografia noturno (-18,75%) e Letras noturno (-25,77%)

apresentaram as maiores quedas nas taxas de evasão em 2011, comparadas às de 2010. Essa queda no curso de Física diurno pode ser explicada pelo aumento de 30 vagas que ocorreu em 2011 com o Reuni.

Com exceção do curso de Ciências Biológicas, verifica-se que a taxa de evasão nos cursos de licenciatura da UFMG é alta e, em alguns casos, ultrapassa 60%. Essa situação, embora seja conhecida pela maioria dos profissionais da área de educação, não tem apresentado grandes variações, com raras exceções. Muitos estudos abordam o problema, mas pouco tem sido feito para reverter essa situação.

## Análise dos dados da pesquisa

Neste trabalho, optou-se por apresentar um compilado dos resultados da análise das questões relacionadas às estratégias dos coordenadores para combater a evasão nos cursos de licenciatura da UFMG, sem especificar detalhadamente o quantitativo de cada resposta, devido à extensão dos dados. Para tanto, foram analisadas as questões que avaliaram o impacto do Reuni nos cursos, as que trataram mais especificamente do tema da evasão e as medidas adotadas para minimizar o problema.

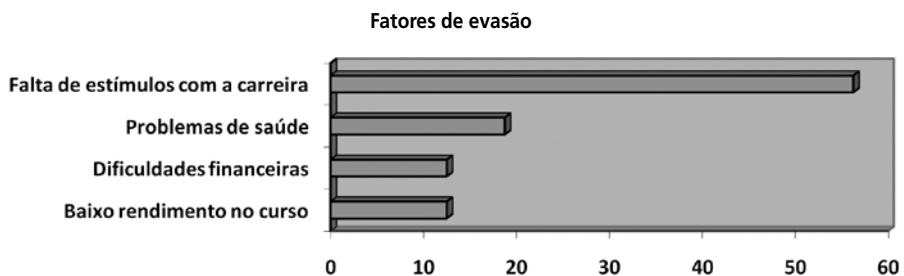
Inicialmente, o que chamou a atenção foi o desconhecimento da maioria dos coordenadores e ex-coordenadores de licenciaturas, consultados em relação à taxa atual de evasão dos cursos que coordenam ou coordenaram. Embora o problema da evasão discente em grande parte das licenciaturas seja de conhecimento das instituições de Ensino Superior que oferecem essa modalidade de ensino, alguns dos consultados não demonstraram grande preocupação com o problema. No entanto, quando questionados sobre o período do curso em que a evasão se mostra mais evidente, a maior parte deles foi contundente em afirmar que acontece no início do curso. Cerca de dois terços dos pesquisados consideraram esse período como o mais crítico em relação a esse problema.

Adachi compartilha dessa mesma visão e oferece a seguinte explicação:

De maneira geral, o impacto da transição escola-universidade é percebido por todos os estudantes, evadidos e formados, como muito difícil. Para aqueles provenientes do ensino médio do interior, tal situação parece ser agravada não, necessariamente, pela falta de pré-requisito educacional, mas por condições subjacentes às questões do ensino, tais como: as exigências de uma desenvoltura e de uma autonomia para dominar espaços que até então eram desconhecidos. Este impacto de transição associado às

cobranças educacionais que a UFMG faz aos seus alunos, principalmente no início de suas trajetórias acadêmicas, parecem ser cruciais para a permanência dos mesmos. (ADACHI, 2009, p. 162-163).

Os fatores intra-institucionais da evasão, apontados pela autora, não estão, porém, dentre os que foram considerados como os mais prevalentes pelos coordenadores e ex-coordenadores de licenciatura consultados. Para eles, esse problema se explica por baixo rendimento do aluno no curso, dificuldades financeiras, problemas de saúde e falta de estímulos provocados pela carreira profissional.



Elaboração: LIMA; MACHADO (2013).

Observa-se que eles privilegiaram fatores de ordem pessoal e externos à instituição universitária para explicar a evasão no início do curso, sem fazer referência a questões internas a ela.

Com relação aos quatro fatores de evasão apontados pelos coordenadores e ex-coordenadores de licenciatura consultados, foi-lhes perguntado o que fazem ou fizeram para minimizar as consequências desses problemas na vida acadêmica dos estudantes. Menos da metade deles citou meios utilizados para superar as dificuldades de aprendizagem dos alunos.

Dentre os recursos de gestão acadêmica destacados, eles mencionaram a organização de monitorias para suporte pedagógico, a divisão de turmas para diminuir o número de alunos em sala de aula e a alocação de professores com perfil considerado mais adequado para as turmas iniciantes. Não citaram nenhuma medida mais incisiva para o enfrentamento do problema.

É importante destacar que mais da metade dos coordenadores e ex-coordenadores de licenciatura consultados informaram que não têm sido feitos quaisquer tipos de investimento para sanar as dificuldades de aprendizagem dos alunos. Isso é bastante preocupante, visto que o perfil desses alunos é muito diferenciado do ponto de vista socioeconômico, educacional e cultural. Muitos são provenientes de escolas públicas e a base formativa que adquiriram no Ensino Médio nem sempre é suficiente para

a qualidade das respostas que devem dar aos desafios de um curso superior. Isso exige deles, por certo, um maior envolvimento e dedicação ao curso, mas não exige a instituição universitária de também buscar formas que ajudem esses alunos a superarem as dificuldades de aprendizagem por eles encontradas.

A justificativa apresentada por muitos dos consultados é a inexistência de demandas discentes. Isso significa que os colegiados ficam, muitas vezes, à espera de solicitações de alunos, que provavelmente não as fazem por não saberem que podem fazê-las ou por não encontrarem orientações sobre como encaminhá-las.

Outra questão apresentada aos coordenadores e ex-coordenadores de licenciatura que reforça essa falta de acompanhamento do aluno que apresenta dificuldades de aprendizagem diz respeito à existência ou não de atividades acadêmicas adicionais e especialmente oferecidas para possibilitar maior nivelamento da bagagem de aprendizados dos alunos. Dentre os doze coordenadores e ex-coordenadores consultados, apenas três disseram que suas licenciaturas oferecem essas atividades. Os demais afirmaram não ter pensado no assunto ou se colocaram contra o processo de nivelamento. Um destes revelou que *é contra o nivelamento, pois diminui o nível*. Percebe-se nessa fala a falta de compreensão do assunto e/ou de interesse em fazer com que os alunos com maiores dificuldades permaneçam no curso.

Além da falta de demanda discente, a falta de tempo dos colegiados foi justificativa apresentada por um terço dos consultados para justificar a falta de investimento em ações que possam sanar as dificuldades de aprendizagem dos alunos. Talvez seja necessário instituir políticas de suporte institucional aos colegiados para que a gestão acadêmica das licenciaturas possa ser mais afirmativa no enfrentamento do problema das evasões estudantis. É importante considerar que alguns dos consultados não reconheceram as ações de saneamento das dificuldades de aprendizagem dos alunos como atribuição do colegiado de curso.

Percebeu-se em muitas respostas que os coordenadores das licenciaturas na UFMG têm desenvolvido um trabalho muito solitário, que contam com pouca ajuda dos seus pares e que o acúmulo das funções docente e de coordenação representa, muitas vezes, uma sobrecarga de responsabilidades. Talvez seja por isso que questões que exigem mais tempo de reflexão e de acompanhamento na atividade de gestão do curso fiquem em segundo plano.

A dificuldade financeira do aluno foi outro problema apontado pelos consultados como importante elemento que concorre para a evasão discente. De fato, muitos estudantes brasileiros que hoje estão matriculados em cursos superiores são trabalhadores e precisam adequar seu tempo para compatibilizar as duas atividades, a de estudo e a de trabalho, bem como as despesas decorrentes da primeira, mesmo quando se trata de ingresso em instituições públicas.

As dificuldades encontradas para tanto não são pequenas, pois há obstáculos internos e externos à instituição universitária que podem dificultar o cumprimento dessa dupla jornada, tais como a distância entre o local de trabalho e da universidade, o cansaço físico e mental, o pouco tempo para se dedicar aos estudos etc.

Com a implantação do Reuni na UFMG houve um grande investimento na implantação e na expansão de cursos noturnos. Essa medida foi adotada com a intenção de dar oportunidade ao estudante, que trabalha durante o dia, de fazer um curso superior. Paralelamente a essa medida, novos projetos foram adotados por essa universidade. Dentre eles, o Pronoturno que é um programa diretamente ligado aos colegiados de curso. Com caráter de ação afirmativa, destina-se a apoiar, por meio da concessão de uma bolsa de estudos, a manutenção do aluno-trabalhador matriculado no período noturno da universidade e favorecer seu processo de aprendizagem, crescimento pessoal e desenvolvimento profissional. Com esse programa o estudante tem a oportunidade de desenvolver várias atividades. Mas, para tanto, precisa contar com o acompanhamento do coordenador do curso e, assim, se dedicar integralmente aos estudos até a finalização de sua graduação.

Dos coordenadores e ex-coordenadores de curso consultados, dois terços afirmaram que suas licenciaturas vêm fazendo investimentos em meios que ajudem o estudante a superar dificuldades para compatibilizar estudo e trabalho. Dentre eles, metade citou o Pronoturno como medida adotada para esse fim. Além desse programa, as monitorias e a oferta do curso num único turno também foram apontadas como recursos utilizados nesse sentido.

Os problemas de saúde seriam, na visão dos consultados, mais um dos motivos que contribuem para a evasão nos cursos de licenciatura da UFMG. Quanto a isso, mais da metade disse investir em meios que podem ajudar os alunos com dificuldades de ordem emocional e psicológica. Dentre eles, destacaram o atendimento individualizado feito pelo próprio coordenador e o encaminhamento a setores de atendimento especializado existentes na universidade.

O contato do estudante com o colegiado é uma das circunstâncias mais importantes para receber orientação em caso de dificuldades. Trata-se de instância de grande importância na vida acadêmica do estudante. Sua participação nas estratégias de combate à evasão discente nos cursos de licenciatura da UFMG se revelou decisiva. Ficou evidenciado, porém, que o coordenador de curso necessita de uma equipe que o auxilie não só nos assuntos rotineiros, como o faz a equipe administrativa, mas também de uma equipe pedagógica que possa atuar mais diretamente no apoio, orientação e desenvolvimento acadêmico dos estudantes.

Por fim, a falta de estímulos advindos do exercício da profissão docente no contexto da educação brasileira foi apontada por mais da metade dos consultados

como razão da evasão discente nos cursos de licenciatura. A profissão docente, especialmente quando exercida na educação básica, não tem despertado, no Brasil e em outras partes do mundo, o interesse dos jovens. As condições precárias de trabalho, baixa remuneração, falta de incentivo à qualificação, violência nas escolas etc. são fatos que têm chegado ao conhecimento de grande parte da população brasileira, servindo para desestimular aqueles que pensam em abraçar a atividade docente como uma profissão.

Embora Peixoto, Braga e Bogutchi (2003), afirmem que ainda há uma procura significativa pelos cursos de licenciatura da UFMG, principalmente por parte de estudantes de baixa renda, que neles veem uma menor concorrência face à oportunidade de ingressarem numa universidade pública, já não se percebe tal interesse por parte desse segmento social por esses cursos nos últimos anos, devido às oportunidades em outros cursos e em outras instituições federais de Ensino Superior, com a adesão de grande parte delas ao Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) como processo de seleção.

Cerca de dois terços dos coordenadores e ex-coordenadores de cursos de licenciatura da UFMG afirmaram que seus respectivos colegiados promovem iniciativas de informação e conhecimento da profissão docente aos alunos. Além disso, alegaram fazer a divulgação das oportunidades que a universidade oferece para o desenvolvimento pessoal e profissional dos estudantes. No entanto, dizem que a percepção da falta de perspectiva profissional com a atividade docente contribui bastante para o desencanto com a licenciatura.

Para os consultados, com a implantação do Reuni na UFMG, o aumento das vagas teria acentuado alguns problemas que já existiam nas licenciaturas e teriam surgido outros que passaram a exigir mais atenção. Dentre os mais citados estão: aumento do número de alunos por turmas, número insuficiente de professores e funcionários técnico-administrativos, falta de espaço físico, baixa procura pelo curso, dificuldade para reserva de livros na biblioteca e aumento das demandas nos colegiados.

A questão da evasão discente passa a ser um desafio maior nesse contexto. Ainda que fato recorrente, pode crescer com a expansão das vagas propiciadas pelo Reuni, comprometendo o objetivo das instituições de realizar a meta de 90% de conclusão nos cursos de graduação estabelecida por esse programa.

Os coordenadores e ex-coordenadores de cursos de licenciatura da UFMG, ao apontarem a situação socioeconômica do aluno e o desencanto com o curso escolhido como principais motivos que levam à evasão discente, confirmaram o que também foi apontado pela Comissão Especial de Estudos sobre a Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras, constituída por meio das portarias da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação, de 13 e 17 de março de 1995 (MEC/SESU; ANDIFES; ABRUEM, 1996).



Eles se limitaram, porém, a apontar motivos circunscritos às questões individuais dos estudantes. Não abordaram as questões de ordem institucional que afetam a vida acadêmica de muitos alunos e que também colaboram para a evasão. Dentre eles, a Comissão acima referida destacou: a falta de currículos mais flexibilizados, capazes de acompanhar dinamicamente o contexto social no qual os estudantes estão inseridos; a presença de metodologias tradicionais impregnadas do vício da repetição e transmissão mecânica de conhecimentos; a falta de comprometimento do corpo docente com a formação discente; a falta de domínio das novas tecnologias que podem auxiliar na prática diária dos docentes; a falta de docentes especializados em algumas áreas e a excessiva valorização da pesquisa e da pós-graduação em detrimento da graduação (MEC/SESU; ANDIFES; ABRUEM, 1996).

Os consultados pela pesquisa, ao falarem do desencanto dos alunos com as perspectivas não muito animadoras de remuneração e de emprego na atividade docente, consideraram fatores externos que contribuem para a evasão discente nas licenciaturas. Deram pouca atenção, contudo, aos fatores internos que podem contribuir para a superação desse tipo de desalento. Os que dizem respeito à integração do estudante ao ambiente acadêmico e social da universidade podem influenciar positivamente as possibilidades da permanência do aluno no curso escolhido. Tinto (1975) afirma que a integração estabelecida entre o estudante e a universidade é fundamental para que ele dê prosseguimento aos estudos.

No entanto, mais da metade dos coordenadores e ex-coordenadores de licenciaturas da UFMG disse que a gestão acadêmica de tais cursos não vem fazendo investimentos em medidas e meios que contribuam para a superação pelos alunos das suas dificuldades de adaptação e integração à vida universitária. Os que disseram haver esse tipo de mobilização nos cursos afirmaram que isso ocorre por meio de atendimentos individualizados da coordenação. Ou seja, não foram mencionadas estratégias de envolvimento coletivo, que abrangessem outros professores e/ou grupos de alunos.

A questão da participação nas aulas e nas demais atividades do curso foi a medida destacada pelos coordenadores e ex-coordenadores de licenciaturas da UFMG, visando estimular a interação discente com o curso. Cerca de dois terços dos consultados mencionaram investir nesse tipo de participação dos alunos. Os demais, ou disseram não promover esse tipo de participação ou sequer responderam à questão.

Incentivar a integração discente e fazer com que o aluno se sinta parte da instituição universitária podem ser importantes estratégias de gestão acadêmica de combate à evasão, mas o que se observou nas respostas apresentadas é que a promoção da integração dos alunos à vida universitária ainda não é vista pelos coordenadores e ex-coordenadores de licenciatura da UFMG como um fator

importante de contenção da evasão estudantil, embora a maioria busque essa interação por outros motivos.

Adachi (2009), em seu estudo sobre evasão e evadidos nos cursos de graduação da Universidade Federal de Minas Gerais, argumenta que

A integração dos alunos, bem como sua permanência, dentro da UFMG enfrenta barreiras quando se trata de estudantes: que não podem dedicar-se exclusivamente aos estudos, com ausência de pré-requisitos educacionais, com dificuldades de adaptação no curso em razão da procedência do interior e cujo propósito de formação superior não vê finalidade em um enfoque mais teórico e acadêmico tal como o desenvolvido nos cursos desta universidade. (ADACHI, 2009, p. 174-175).

Não foram identificadas iniciativas de gestão de evasões discentes que fossem mais específicas à realidade ou idiosincrasias desse fenômeno por licenciatura. Não foram também encontradas atividades significativas de acompanhamento acadêmico e de orientação pedagógica para alunos que apresentassem maiores possibilidades de evasão. Mais de dois terços dos consultados afirmaram não existir nenhum projeto nesse sentido. O que aparece como acompanhamento acadêmico e orientação pedagógica são os atendimentos individuais realizados por algumas coordenações de licenciatura e o apoio exercido por monitorias. As justificativas apresentadas para não haver gestões nesse sentido se resumiram à falta de pessoal para fazer o acompanhamento e, em certos cursos, inexistência de necessidade.

Percebeu-se que os colegiados não têm promovido o envolvimento dos professores das licenciaturas e dos funcionários técnico-administrativos no combate à evasão estudantil. Dos coordenadores e ex-coordenadores consultados, apenas metade disse ter conhecimento de gestões da administração superior da universidade visando ao combate da evasão de alunos. Um dos pesquisados disse: *acho que a atual administração é preocupada com o tema, mas não sei se tem muito a fazer para diminuir a evasão nos cursos de licenciatura*. Observa-se nessa fala certo descrédito em relação à possibilidade de se alcançar resultados positivos no enfrentamento da evasão estudantil na instituição.

No entanto, duas licenciaturas das existentes na UFMG se destacaram na redução acentuada da evasão discente como pode ser consultado no Quadro 2. São os cursos de Ciências Biológicas e Letras. O primeiro concentrou as aulas em apenas um turno e tem investido bastante na oferta de monitorias que auxiliam os alunos pobres com dificuldades de aprendizagem. Criou também uma disciplina

ofertada no primeiro período dessa licenciatura que orienta os alunos sobre o curso e a atuação profissional do biólogo na docência, além de integrá-lo às atividades extracurriculares existentes no curso. O segundo, a Licenciatura em Letras, desde a implantação do Reuni e da expansão das vagas, tem adotado um acompanhamento sistemático dos alunos ingressantes e medidas que auxiliam no processo de ensino-aprendizagem. Além disso, promove eventos sobre questões relativas ao universo da escola básica, ao mercado de trabalho e à instituição universitária, com a presença de palestrantes de diversas áreas e setores da UFMG. Outro ponto que merece destaque na gestão acadêmica dessa licenciatura é que a coordenação é exercida por três professores que se dividem em dois turnos para atender os alunos, ampliando e facilitando o atendimento aos alunos do curso que necessitam de orientação.

De acordo com os dados obtidos nesta pesquisa, para que haja gestão efetiva e com qualidade social das evasões discentes nos cursos de licenciatura da UFMG, é preciso que seja superada a falta de:

- conhecimento das necessidades específicas dos estudantes, especialmente daqueles que apresentam dificuldades de quaisquer tipos para se manterem e permanecerem na graduação;
- propostas que dialoguem com a realidade específica dos alunos-trabalhadores e façam face aos fatores que possam desmotivá-los a permanecerem nas licenciaturas;
- suporte institucional à gestão pedagógica e administrativa das licenciaturas, de modo a não haver sobrecarga de trabalho para quem exerce a coordenação acadêmica;
- proposições sobre a participação da comunidade acadêmica (administração superior da universidade, professores, alunos e funcionários técnico-administrativos) na gestão das evasões estudantis.

Percebeu-se que os coordenadores das licenciaturas, em sua grande maioria, fazem seu trabalho de modo muito solitário. A ajuda que recebem da administração superior, dos outros docentes e dos técnicos administrativos da instituição nem sempre é suficiente, ficando quase toda a demanda acadêmica do colegiado sob sua responsabilidade. A sobrecarga de atividades impede ao coordenador das licenciaturas de conhecer mais de perto os estudantes, suas necessidades mais sentidas e demandas mais expressivas. Entretanto, muitos dos consultados nada disseram sobre como os integrantes da comunidade universitária podem contribuir de forma satisfatória para refrear ou combater a evasão estudantil. Percebeu-se, por fim, que há questões afeitas à individualidade e subjetividade de

cada licenciando, aos seus anseios, dúvidas e angústias, que demandam um espaço institucional específico para a realização de interlocuções qualificadas. Ouvir com atenção aquilo que é dito pelos alunos pode diminuir o tempo de discussão para se descobrir o que de fato tem provocado a evasão estudantil. Pode igualmente servir de estratégia de inibição e freio de situações de risco dela acontecer.

## Considerações finais

Esse estudo se propôs a investigar formas e estratégias de gestão da evasão de graduandos adotadas por coordenadores e ex-coordenadores de licenciatura na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Foram consultadas as coordenações em atividade no momento da pesquisa e as que as antecederam imediatamente nessa função, totalizando doze docentes. Os desafios, advindos do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Reuni e das metas estabelecidas pela UFMG para executá-lo, constituíram o cenário político e institucional desta pesquisa centrada na problemática da evasão estudantil, aqui entendida como retirada do curso acadêmico por iniciativa do próprio aluno, e nos processos de gestão desse fenômeno visando sua inibição.

Buscou-se o conhecimento do que tem sido feito e do que não tem sido feito pelas coordenações de licenciatura da UFMG para evitar que estudantes abandonem os estudos no meio do percurso acadêmico. Considerou-se que muito pouco se conhece sobre o trabalho desenvolvido por eles, principalmente, após a implantação do Reuni.

Embora a evasão estudantil seja uma questão que norteia a discussão da atual expansão universitária, percebeu-se que ela ainda é tratada pelas coordenações de licenciatura na UFMG como um problema, que tem origem somente externa à universidade. A maioria dos consultados se limitou a apontar fatores de ordem subjetiva e particular da vida dos estudantes. A despeito desse olhar, constatou-se que, em pelo menos duas das licenciaturas dessa instituição universitária, houve queda considerável nos números da evasão estudantil, como resultado de intervenções internas à universidade na gestão desse problema, o que comprova que é possível neutralizar, de certa forma, fatores alheios. O primeiro passo é reconhecer que o problema da evasão existe. O segundo, é abrir-se para o diálogo com os diferentes segmentos institucionais, a fim de discutir a questão de forma realista e consequente, considerando-se os diferentes fatores intervenientes e respostas que sejam pertinentes a cada situação.

Com a adesão ao Programa Reuni estas instituições passaram a receber semestralmente um contingente de pessoas de extratos sociais menos favorecidos economicamente, de origens regionais e características culturais diferentes. A convivência com esta nova realidade modifica a rotina de cada curso de graduação e passa a exigir não só dos coordenadores acadêmicos, mas de toda a comunidade

universitária, a atenção sobre o que fazer para manter integrados à vida acadêmica todos que nela ingressam e a enriquecem com sua diversidade.

Particularmente os gestores universitários recebem desse novo contexto institucional incitações sobre o que fazer face aos novos desafios da integração discente aos cursos e à universidade. Além disso, há as metas estabelecidas com o Reuni. Há necessidade de aperfeiçoamento das estratégias de gestão acadêmica.

As coordenações de curso são instâncias de mediação de diferentes sujeitos institucionais, podem ser exercidas em parcerias e com divisão de responsabilidades, se beneficiar dos saberes dos outros e, de forma compartilhada, contribuir para a construção de novos saberes gestonários coletivos. O cenário atual das universidades públicas brasileiras requer práticas de gestão mais participativas, socialmente construídas e fortemente orientadas por finalidades de qualidade social. Os coordenadores de cursos têm, assim, oportunidades interessantes para interagir com a comunidade acadêmica e propor a reflexão conjunta sobre como agir resolutivamente no equacionamento dos problemas e contradições que, numa perspectiva inovadora, a política educacional para o ensino superior passou a introduzir.

A pesquisa realizada concluiu que o problema da evasão estudantil possui diferentes nuances e que deve ser analisado e enfrentado considerando-se três situações interdependentes: o contexto interno à instituição, o contexto a ela externo e as idiosincrasias individuais dos estudantes. São dimensões das situações em que os estudantes se acham inseridos, que não podem ser tratadas de forma isolada e desvinculada. Viu-se, porém, que, para os coordenadores e ex-coordenadores de licenciatura que participaram desta pesquisa, a causa principal da evasão estudantil está relacionada a questões individuais dos estudantes. Viu-se que dois terços dos que foram consultados por esta pesquisa revelaram não conhecer a taxa atual de evasão dos cursos que coordenam ou de quando os coordenaram. Entretanto, mais da metade considerou o início do curso como o período mais crítico com relação à possibilidade de evasão. Apesar disso, mais da metade disse que nas licenciaturas que coordenam ou coordenaram não se registram gestões voltadas à superação pelos alunos de suas dificuldades de adaptação e integração à vida universitária.

Pelo visto, é importante trazer o tema para o debate interno à instituição universitária, envolver a participação de toda a comunidade acadêmica, realizar estudos mais aprofundados sobre o assunto de modo a fazer com que cada parte interessada exponha o seu ponto de vista e contribua, dentro das suas possibilidades, com propostas inovadoras de gestão do problema visando seu equacionamento.

A gestão consequente da evasão estudantil demanda conhecer o problema nos seus diferentes ângulos e motivações, os alunos e suas dificuldades de permanência

nos cursos, reflexão não apenas dos coordenadores de curso, mas de todos que podem colaborar, pois se trata de um problema antigo, que persiste em muitos cursos, mesmo após a implantação do Reuni que previa sua redução.

É preciso, nesse sentido, inovar com a criação de um espaço institucional destinado a ouvir os alunos; orientá-los em suas dificuldades de aprendizagem, emocionais e psicológicas; mantê-los informados sobre as possibilidades de formação integral que a universidade oferece e os aspectos que permitem reconhecer os valores essenciais da profissão docente, que justificam a ela se dedicar e lutar pela sua dignificação. Esse acolhimento, pautado em convivência de compartilhamento de sentimentos, ideias e buscas, poderá, certamente, ajudar a manter o aluno na licenciatura.

A pesquisa realizada se deparou com questões afeitas à cultura docente universitária e à realidade institucional da UFMG, situações que interferem e podem dar sentido às práticas de gestão acadêmica das evasões estudantis nas licenciaturas desta universidade. Tais questões, contudo, requerem estudos adicionais e específicos. Percebeu-se, também, a necessidade de pesquisas sobre as experiências concretas e bem-sucedidas de gestão acadêmica de cursos de licenciatura, que apresentaram diminuição dos índices de evasão. Duas das licenciaturas dessa universidade são casos representativos que merecem investigações, pois apresentam sucesso no combate à evasão e precisam ser conhecidos com mais profundidade. Esse conhecimento pode concorrer com outras indicações sobre caminhos a serem explorados por cursos de graduação que atualmente convivem com o problema da evasão estudantil.

## Referências

ADACHI, A. A. C. T. **Evasão e evadidos nos cursos de graduação da UFMG**. Dissertação (Mestrado em Educação)- Faculdade de Educação. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, UFMG, 2009. 214 f.

BAGGI, C. A. S. **Evasão e Avaliação Institucional**: uma discussão bibliográfica. Dissertação (Mestrado em Educação)- Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Campinas, PUC, 2010. 81 f. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br/>>. Acesso em: 23 jan. 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. **Sinopse da Educação Superior de 1996**. Brasília, DF: MEC/INEP, 1997.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior. Diretoria de Desenvolvimento da Rede de Instituições Federais de Ensino Superior. **Programa**

**de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais. Reuni 2008 – Relatório de Primeiro Ano.** Brasília, DF: MEC/SESU/DIFES, 2009. 17 p. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em: 3 set. 2010.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior. Diretoria de Desenvolvimento da Rede de Instituições Federais de Ensino Superior. Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais - MEC/SESU; ANDIFES; ABRUEM. Diplomação, retenção e evasão nos cursos de graduação em instituições de ensino superior públicas: resumo do relatório apresentado a ANDIFES, ABRUEM e SESu/MEC pela Comissão Especial. **Revista Avaliação**, v. 1, n. 02, p. 55-65, Campinas; Sorocaba, dez. 1996.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Reuni: Diretrizes Gerais.** Brasília, DF: MEC, agosto de 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/diretrizesreuni.pdf>>. Acesso em 3 set. 2010.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. **Decreto nº 6.096**, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Brasília, DF: DOU, 25.4.2007. Disponível em: <<http://200.156.25.73/Reuni/D6096.html>>. Acesso em: 3 set. 2010.

MAZZETO, S. E.; CARNEIRO, C. C. B. Licenciatura em Química da UFC: perfil sócio-econômico, evasão e desempenho dos alunos. **Química Nova On-Line**, v. 25, n. 6B, p. 1204-1210, 2002.

MOURA, D. H.; SILVA, M. S. A evasão no curso de licenciatura em geografia oferecido pelo CEFET-RN- Natal. **Holos**, ano 23, v. 3, p. 26-42, 2007.

PEIXOTO, M. C. L.; BRAGA, M. M.; BOGUTCHI, T. F. A evasão no ensino superior brasileiro: o caso da UFMG. **Avaliação - Revista da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior**, Campinas, v. 8, n. 1, p. 161-189, mar. 2003.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. Tendências da demanda pelo ensino superior: estudo de caso da UFMG. **Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas**, São Paulo; Campinas, n. 113, p. 129-152, 2001.

SOUSA, E. M. C. **Orientação Profissional nos Cursos de Graduação: contribuições e limites.** Dissertação (Mestrado em Educação)- Universidade Católica de Brasília. Brasília, DF: UCB, 2005. 68 p.

TINTO, V. Dropout from higher education: a theoretical synthesis of recent research. Washington, **Review of Educational Research**, Washington, DC, USA, v. 45, n. 1, p. 89-125, 1975.

UFMG. Universidade Federal de Minas Gerais. **Proposta da UFMG para o Reuni 2008**. Belo Horizonte: UFMG, 2008. Disponível em: <<http://www.ufmg.br/Reuni>>. Acesso em: 3 set. 2010.

\_\_\_\_\_. Universidade Federal de Minas Gerais. **Comissão Permanente de Vestibular**. Belo Horizonte: UFMG, 2010 e 2011. Disponível em: <<http://www.ufmg.br/copeve>>. Acesso em: 10 nov. 2011.

Recebimento em: 05/02/2013.

Aceite em: 08/05/2013.